

Tema do evento: "Democracia, participação popular e novas resistências"
Eixo Temático: 8 - Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Cuidadoria de Mães - uma experiência de estágio em projeto de extensão

Resumo

O trabalho busca apresentar o relato de experiência de supervisão de estágio em Serviço Social realizado em projeto de extensão, tanto pela ótica das supervisoras de campo quanto dos estudantes. O projeto se realiza dentro de uma instituição de saúde de média e alta complexidade, que atende crianças e adolescentes com condições crônicas de saúde. O projeto tem em sua equipe uma composição interdisciplinar, que articula serviço social, psicologia e pedagogia.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Extensão Universitária.

Abstract

The work aims to present a report of the experience of supervising an internship in Social Work carried out in an extension project, from the perspectives of both field supervisors and students. The project takes place within a medium and high complexity health institution that serves children and teenagers with chronic health conditions. The project has an interdisciplinary team that includes social work, psychology, and pedagogy.

Key-words: Social Work; Professional Qualification; Supervised Internship; University Extension.

Introdução:

O relato que ora apresentamos visa apresentar nossa experiência enquanto docentes coordenadoras de projetos de extensão, e nos quais desempenhamos a função de supervisoras de campo. Igualmente, no campo da formação de graduação em Serviço Social, compomos o quadro docentes da unidade de formação acadêmica a qual estamos vinculadas como supervisoras acadêmicas. Cabe mencionar que compreendemos, e defendemos, que o estágio supervisionado em serviço social só se realiza a partir da articulação dos três sujeitos envolvidos no processo de formação: supervisoras de campo, supervisoras acadêmicas e estagiários. Neste sentido, neste relato traremos também a perspectiva dos estagiários, entendendo que esta experiência não dissocia os mesmos.

Neste, somos norteados pela compreensão de que uma sociedade mais justa, igualitária e equânime, respeitando as particularidades de cada ser social, só será plenamente possível se a propriedade privada dos meios de produção for revista, bem como quando do fim da exploração do homem pelo homem, visando à extração de mais valia. Todavia, defendemos que para a superação deste modelo reproduzido de sociedade, deve ser buscada a construção de uma contra-hegemonia¹, visando à potencialização da consciência crítica em direção à transformação da realidade objetiva, configurando-se as ciências sociais e humanas como esfera possível de concretização de estratégias que busquem a materialização da defesa da emancipação política, tendo como norte a emancipação humana.

A proposta que ora relatamos é realizada dentro do Projeto Cuidadoria de Mães, em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ). Enquanto estratégia de promoção de saúde, pensamos na Cuidadoria para as mães acompanhantes de crianças hospitalizadas de longa permanência, baseadas no fato que a hospitalização por si só já é uma experiência estressante devido a forma em que ela se dá, no qual exige adaptações às diferentes mudanças decorrentes desse processo. Deste modo, realizamos atividades semanais com estas mães no âmbito da promoção de direitos, debate sobre direitos da

¹ O conceito de hegemonia em Gramsci é objeto de estudo de grande importância, dentre eles destacamos o de GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. Hegemonia consiste em um complexo sistema de relações e mediações configurando a capacidade de direção de determinado grupo social – seus valores, sua política, sua base econômica, sua direção intelectual e moral. “(...) o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (...) Para Gramsci, a realização de um aparato hegemônico – enquanto cria um novo terreno ideológico determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento, sendo assim, um evento filosófico” (GRUPPI, 2000: 3; 4).

mulher, da criança e do adolescente, saúde mental, dentre outros temas que configuram a esfera dos direitos humanos.

Por certo, o estágio é um momento crucial da formação profissional das e dos assistentes sociais. Em conformidade com a Política Nacional de Estágio (PNE/ABEPSS, 2010), o estágio supervisionado

“se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica, capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente, como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vêm se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais” (p.11)

Deste modo, buscamos neste trabalho trazer nossa experiência como supervisoras de campo, juntamente com nossos estagiários, realizada em um projeto de extensão universitária. O projeto é realizado dentro do Instituto Fernandes Figueira, hospital de referência em cuidados de crianças e adolescentes com doenças crônicas, pertencente à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Neste sentido, nossa atuação se realiza na área temática da política de saúde, na sua perspectiva sanitária.

Este processo de ensino e aprendizagem só é possibilitado face ao fato de estarmos em uma instituição que defende e reafirma a concepção ampliada de saúde, posta na Constituição Federal de 1988, regulada pela Lei 8080/90 e, no que tange ao controle social democrático, pela Lei 8142/90. Igualmente, este processo de aprendizagem também é factível à luz das Diretrizes Curriculares para a graduação de Serviço Social (ABEPSS, 1996), que nos assinala a formação de um perfil profissional que articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na direção de formar assistentes sociais capazes de intervir criticamente na realidade social, visando à viabilização de direitos.

Isto posto, neste texto, inicialmente trataremos o debate sobre estágio na extensão, contextualizando as possibilidades reais no que tange a formação e o trabalho profissional. Posteriormente, tendo as diretrizes da Reforma Sanitária e do Projeto Ético-Político do Serviço Social como norte, buscaremos apresentar a concepção de saúde pública e como o projeto se insere nessa perspectiva. Em seguida, sob a ótica dos estudantes, apontaremos os limites e possibilidades de realizar estágio em projeto de extensão.

2. Estágio Supervisionado em Projetos de Extensão: um debate necessário

A importância da extensão e da pesquisa para (re)produção das relações sociais na direção da produção de conhecimento fortalece as dimensões da formação profissional no ensino superior, evidenciando o papel social da universidade.

A extensão, como processo interdisciplinar e potencialmente transformador, pode contribuir para o fortalecimento dos saberes populares e a democratização das informações objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, bem como aclarar sobre e como acessar direitos garantidos por lei.

O debate sobre o estágio em projetos da extensão data dos anos 1980, posto todo o movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro². Sua particularidade se inscreve na articulação entre formação acadêmica e função social da universidade, em que a extensão é espaço significativo de trocas de saberes e produção de conhecimento.

Em 2018, o ministério da educação lança as Diretrizes para as Políticas de Extensão na Educação Superior Brasileira, que defende e reafirma a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, mas que traz destaque à esfera da extensão universitária como espaço importante de articulação entre universidade e sociedade.

Ainda no que tange a extensão, é no contexto da Pandemia do COVID-19 que fica evidente a importância deste espaço de formação, na perspectiva de pensar espaços de fortalecimento coletivo dos sujeitos que defendem a direção social do Projeto Profissional, direcionados pelos valores expressos nos princípios do Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e por toda normatização da profissão pelo Conjunto CFESS CRESS, naquele contexto de distanciamento social. A utilização das tecnologias de informação e comunicação foram cruciais à época, e estratégicas para fomentar e ampliar o alcance da extensão universitária e consolidá-la como importante espaço de estágio supervisionado durante a situação de emergência sanitária.

Como destacam as próprias Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para o Curso de Serviço Social, o Estágio Supervisionado é um espaço que proporciona ao/a acadêmico/a o contato com o exercício profissional, como também o/a capacita para a intervenção profissional.

² O Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, conforme Netto, pode ser caracterizado por três vertentes diversas, que se iniciam em meados dos anos 1960, com influência da Reconceitualização Latino-americana, passando pelos anos mais cruéis da ditadura civil-empresarial-militar até o que chamamos de Intenção de Ruptura. As três vertentes são, além da anteriormente citada, a Modernização Conservadora e a Reatualização do Conservadorismo. Para melhor elucidação ver NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social no Brasil: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. 17a. Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

Pensar a atuação profissional, articulada às configurações dos espaços sócio-ocupacionais em nível de Brasil, ao longo da formação em Serviço Social, faz-se necessário para forjar o perfil profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Outrossim, além da Política Nacional de Estágio, uma política institucional alinhada com estas perspectivas são fundamentais.

Um caráter central para realizarmos a supervisão direta de estagiários no projeto de extensão é a defesa da documentação em Serviço Social. Plano de Estágio, acompanhamento das atividades de campo, relatório, diário de campo, são centrais nesse processo de ensino e aprendizagem.

Damos destaque aqui ao plano de Estágio, documento este onde ficará nítido o público-alvo, a caracterização da instituição, instrumentos de trabalho e, principalmente, atribuições privativas e competências profissionais descritas na Lei de Regulamentação da Profissão. Todo esse conjunto de organização documental e preparação e planejamento do estágio é permeado pela defesa da transversalidade da Ética e da Ética Profissional. Deste modo, além de ter esta como presente em todo o programa e cronograma da disciplina, buscamos sempre articulação com a **Comissão Permanente de Ética, Comissão Ampliada de Ética e Comissão de Formação e Trabalho Profissional** do Conselho Regional de Serviço Social CRESS7^a.Região.

Isto permite que os elementos abordados no componente curricular, em termos de conteúdo, sejam retroalimentados com as discussões, situações reais e pesquisas mais atuais acerca do tema, fortalecendo a formação em Serviço Social à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e situando os discentes no que tange às funções precípuas do Conjunto CFESS/CRESS, com destaque para a Orientação e Fiscalização profissional.

Evidenciamos aqui alguns elementos que entendemos como objetivos geral e específico deste processo de supervisão, dentre os quais: Introduzir a/o discente, em processo de inserção no campo de estágio, na dinâmica do estágio supervisionado, favorecendo a vivência e a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social nas diferentes e múltiplas áreas de atuação profissional;

- Estimular a/o discente para o conhecimento e a articulação entre a realidade social, o espaço sócio-ocupacional, os usuários e o exercício profissional do Assistente Social, considerando a relação entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiária/o.

- Aprofundar as reflexões sobre a intervenção profissional face às políticas sociais e à trajetória no Campo de Estágio;
- Compreender as requisições institucionais e demandas que se apresentam ao Serviço Social na contemporaneidade e sua relação com a legislação específica da profissão;
- Refletir sobre o Serviço Social no contexto da contrarreforma do Estado;
- Aprofundar a discussão sobre as atribuições e competências profissionais nos campos de estágio;

Por certo, o debate sobre estágio em projetos de extensão está longe de ser esgotado. Buscamos neste item apresentar alguns elementos sobre a supervisão, os quais serão retomados pela ótica dos estudantes no item 4 deste relato. A seguir, apresentaremos o projeto extensão na direção da perspectiva sanitária e dos valores do projeto profissional do Serviço Social.

3. Concepção ampliada de Saúde e Projeto Ético-Político do Serviço Social – o projeto de extensão Cuidadoria de Mães

A concepção ampliada de saúde, a qual expressa não somente o cuidado assistencial, mas sobretudo elementos que se referem aos determinantes sociais do processo saúde-doença, é fruto do Movimento de Reforma Sanitária brasileiro, inspirado no movimento italiano. Saúde como melhores condições de vida, de trabalho, de lazer, perpassam pela defesa da democracia enquanto direito humano. Direito este que não se expressa somente de forma restrita, relacionada às liberdades políticas.

As bandeiras da Reforma Sanitária não somente dizem respeito à assistência à saúde, mas trazem em seu bojo valores emancipatórios. Valores estes que expressam a defesa da democracia. Quando trazemos a referência ao termo democracia, estamos nos referindo também à dimensão econômica, no âmbito da produção material. Essa democracia é disputada e, em sua objetividade sócio-histórica, expressa também a luta de classes. Essa luta por direitos é uma luta não apenas econômica, mas sim interseccional, articulando gênero, raça, classe, idade, condição física, orientação sexual, e tantas outras determinações que na sociabilidade burguesa enfrentam lutas mais duras por não terem seus direitos violados.

Deste modo, defender e buscar objetivar a concepção ampliada de saúde com viés sanitária requer defender uma outra sociabilidade. É buscar no cotidiano da formação e

do trabalho profissional contribuir para a construção contra hegemônica, no que tangem as relações estado sociedade. Trazer à baila a discussão sobre os determinantes sociais do processo saúde-doença de forma interseccional, também se alinha à direção social do projeto ético-político profissional do serviço social, o qual configura-se como uma construção em movimento, articulando a produção teórica do Serviço Social, normas, leis e resoluções do conjunto CFESS/CRESS, articulação entre as principais entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) e sua organização política, teorias sociais críticas, legislação de apoio na defesa do acesso a direitos, seu sujeitos em movimento.

O ser social tem como objetivação primária o trabalho, categoria da Economia Política, fundante do ser social, visto que, em sua relação com a natureza, por meio de instrumentos que medeiam esta relação, a transformam, criando valor. No entanto, a práxis – compreendida como o conjunto de objetivações que ocorrem fundamentalmente no trabalho e em outras esferas, tais como religião, artes, filosofia, política, entre outros – não se restringe àquela objetivação primária: é mais ampla, abrangendo as diferentes manifestações do ser social.

Neste contexto, destaca-se o Projeto "Cuidadoria de Mães", uma iniciativa que envolve a colaboração interdisciplinar dos projeto de extensão "Cultura, Mídia e Direitos Humanos" e "Luz, Câmera, Ação: a presença das relações de gênero e racismo no cinema", além do Núcleo de Apoio a Projetos Educacionais e Culturais (Napec), vinculado ao Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz).

O Cuidadoria é um projeto idealizado inicialmente pela equipe de Psicologia do Instituto Fernandes Figueira, e que no início de 2023 foram agregados os projetos de extensão mencionados acima. A ideia é proporcionar um espaço de cuidado, acompanhando quatro eixos: autocuidado, cuidado criativo, cuidado lazer e cultura e direitos humanos como cuidado. Nossa atuação enquanto assistentes sociais e docentes referem-se a este último eixo de cuidados.

O Eixo consiste em disponibilizar atividades para até 70% das acompanhantes das crianças em internação de longa permanência a fim de suscitar reflexões visando democratizar reflexões a respeito dos direitos humanos, das relações desiguais de gênero e do racismo, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Consideramos a utilização da arte, através da linguagem cinematográfica, uma estratégia extremamente eficaz no sentido de despertar reflexões a respeito do cotidiano

dos indivíduos, mulheres e homens, o que os torna potenciais agentes de transformação de suas próprias relações sociais e da sociedade.

O Cuidadoria de Mães busca, além de legitimar os direitos da usuária, garantindo o acompanhamento como parte dos planos de cuidado, estimular a autonomia e emancipação das mesmas. Neste sentido, tendo em vista as competências profissionais das assistentes sociais, no que tange às possibilidades de assessoria à organização de usuárias de determinada instituição, objetivamos traçar estratégias de articulação política entre as mães acompanhantes, visando seu autocuidado e melhor conhecimento sobre seus direitos.

Desta forma, as possibilidades de construção de “um outro mundo factível” para essas mães perpassa pela aproximação delas ao gênero humano e suas potencialidades emancipatórias proporcionadas pela crítica à reprodução automática da realidade e com reflexão acerca da materialidade da vida cotidiana. Desta forma, o Cuidadoria de Mães busca estimular a solidariedade, o respeito às diferenças e a promoção da concepção de alteridade, a liberdade, a justiça social, visando a formação do sujeito “consciente” de direitos.

Cuidar, no contexto do Estado de direito e da democracia, significa assegurar a autonomia, buscar reverter as discriminações potencializando a criticidade e a consciência interseccional, estimular a emancipação e autonomia dos sujeitos, bem como incluí-los em serviços e direitos, como propõe a Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS (BRASIL, 2003).

Entende-se que o acolhimento e a criação de vínculos podem possibilitar melhores condições de reflexão das usuárias nos espaços de debates, evidenciando o protagonismo dessas mulheres, mães e acompanhantes de crianças e adolescentes com condições crônicas complexas.

Considerando o público-alvo das atividades aqui propostas - mães que cuidam de seus filhos hospitalizados - faz-se necessário compreender o gênero como uma categoria que designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens, como nos aponta Veloso:

[...] tais relações, que em nossa sociedade, são, em sua maioria, marcadas pelas desigualdades, expressam a existência de uma forma determinada de relação entre os diversos sujeitos sociais. Tal padrão de relacionamento é histórico, ou seja, é construído pela própria sociedade, seguindo o seu movimento, pelo conjunto de forças sociais que organizam e dão uma direção a esta mesma sociedade. Deste modo, o gênero não é ‘natural’, não é fixo, imutável ou

intransponível, ao contrário, varia de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade e de cada contexto histórico. (VELOSO, 2003, p.6).

A compreensão das relações de gênero enquanto um fenômeno histórico e social, e não natural, é fundamental para que possamos acreditar na possibilidade de sua transformação, inclusive através da luta pela elaboração e implementação de políticas públicas com enfoque de gênero.

A partir de uma perspectiva interseccional das relações de gênero e classe, não podemos deixar de apresentar o racismo como elemento histórico, estrutural e estruturante das relações sociais. É necessário considerarmos a formação social, histórica e política do nosso país para compreendermos como esse modo de organização racista prevalece até os dias atuais. O racismo é uma crença na existência das raças hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Para o racista, determinada raça não é somente um grupo definido pelos seus traços físicos, o racismo é a direção que considera que as características intelectuais e morais de um grupo estão ligadas às suas características físicas e biológicas.

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo. Na busca de uma vida cheia de sentido, a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre, e por isso dotado de sentido será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (Antunes, 1999, p.143).

Isto posto, a proposta do Cuidadoria de Mães no que tange ao eixo Direitos Humanos como Cuidado, constitui-se um campo fértil para a realização do estágio supervisionado. Além de contribuir para a formação do discente em nível de aprendizado sobre o exercício profissional do assistente social, na direção da viabilização de direitos, busca igualmente viabilizar direitos das mães que acabam mudando o foco de suas vidas para o cuidado com as crianças e adolescentes internados de longa duração, deixando de lado suas particularidades.

Em relação ao público atendido, a saudade de casa, o afastamento dos outros filhos, a fragmentação das relações sociais, a saída do mercado de trabalho e por vezes, o rompimento com o pai da criança, são fatores que geram extremo abalo em relação à

saúde mental das mães, podendo gerar o sentimento de isolamento, solidão e como consequência sintomas emocionais, como ansiedade e depressão. Deste modo, nossa ação pretende intervir no cotidiano dessas mães, e possibilitar a reorganização de suas vidas.

A desumanização e a coisificação das relações, em especial aquela que recai sobre as mães de crianças com condições crônicas e complexas é permeada por incertezas e por uma dinâmica de vida fortemente excludente da ideia de comunidade, do sentido de produtividade e de uma miríade de categorias da vida pessoal.

É nesse cenário de alta complexidade, onde essas mães padecem na exaustão e solidão, sobrecarregadas por acompanhar seus filhos durante longos períodos de internação hospitalar no IFF, que são impostos os desafios que atravessam suas atividades laborais, lazer e interações familiares. O resgate do protagonismo de si próprias, tem por objetivo além da emancipação dos sujeitos, a efetiva democratização da saúde, que se dá numa dimensão ontológica do cuidado, com a promoção do autocuidado e o acesso à cultura, a realização de oficinas de capacitação profissional, bem como a prestação de orientação e apoio a essas mulheres.

A relação indissociável entre gênero e cuidado demonstra a emergência de uma metodologia de intervenção para a saúde que reconheça as expressões da questão social presentes e predominantes no processo de trabalho da assistência, e de forma consecutiva, esteja centrada pontualmente no acolhimento e na produção do cuidado que gere autonomia e integralidade dos sujeitos. Através de suas ações, o projeto almeja contribuir para o estabelecimento de um dispositivo multidisciplinar que aprimore a qualidade de vida dessas mulheres, empoderando-as e capacitando-as para enfrentar os desafios que surgem durante o acompanhamento hospitalar prolongado. Adicionalmente, o projeto proporciona acesso a atividades culturais, educação e informações relevantes, fomentando, assim, o fortalecimento desse coletivo de mulheres.

Com a emergência de novas práticas voltadas para a intervenção nas condições de reprodução e vida dessas mães, de forma simultânea e imbricada à busca da construção de espaços e ambientes que beneficiem estratégias de conhecimento e instrumentalidade profissional de graduandos do serviço social, reafirma-se o suporte ao campo de estágio supracitado, promovido em projeto de extensão, no âmbito do cuidado terciário nas dependências do IFF.

4. Projeto de Extensão como Campo de Estágio - reflexões pertinentes

Dessa forma, o instrumento metodológico que compreende e desenvolve sua estruturação é permeado cotidianamente pelos eixos teóricos norteadores, pautados pelo Código de Ética, inteiramente supervisionados por docentes que dialeticamente constroem seus pilares de maneira coletiva, socializando saberes e pactuando de forma inalienável o compromisso pela articulação de estratégias de desenvolvimento de autonomia para toda a classe trabalhadora envolvida, compreendida aqui seja por usuárias ou discentes em campo.

Essa afirmativa soma-se a apropriação teórica e extravasa para além da formação acadêmica puramente restrita. A construção de roteiros, as reuniões de supervisão, as discussões sobre viabilidade da instrumentalidade, todos são processos que demandam a integralidade da atenção, da pesquisa e formulação de planos na tomada de decisões, o que no bojo da atuação dos estagiários torna-se um suporte valioso, vivenciando o compromisso ético político no que tange toda sua experiência.

A importância do papel do campo de estágio inserido em um projeto de extensão mais do que transpõe dificuldades geridas pelo próprio sistema, mas cria formas de oferecer uma perspectiva riquíssima do processo de formação e capacitação de profissionais da categoria. A incorporação de toda a dimensão dos processos de trabalho formula uma nova estrutura de profissionais, redefinindo o modelo de atenção que se faz necessário em tempos de neoliberalismo e verticalização de padrões. Modelos de gestão puramente tecnicistas e/ou burocráticos não consideram o olhar, a subjetividade e a dinâmica da vida dos sujeitos e é sobre esse eixo que se incide esse campo.

Se temos em Marx (2013) que o trabalho é o que transforma os seres, fica evidente entender as adversidades e problematizar as incoerências da adaptação às novas ferramentas, o que supõe reconhecer que em dado momento, a exemplo da pandemia da COVID 19, essa tenha se tornado uma alternativa possível à execução do trabalho, em condições preexistentes. É portanto uma ferramenta que avança na direção da atividade humana pois pauta-se no acolhimento, na escuta e no irromper da alteridade que se circunscreve no padrão mais atual de modo de produção, tirando o estudante da esteira do modelo protocolado e hierarquizado e permitindo que novos profissionais, mais saudáveis e preparados engajem na construção da assistência e da saúde equânime e universalizada.

O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens: só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas,

produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura (Barroco, 2010, p.26)

Nesse aspecto há outros elementos centrais que não são assumidos na superfície da análise. Em primeiro lugar, há de se compreender que o Serviço Social é um curso que se pretende estar do lado dos trabalhadores e compreender a totalidade do contexto que os mesmos estão inseridos.

Como para Iamamoto, 1992, “preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado”. Tal compreensão deve começar na sua base, em sua formação. Quando afirmamos que projetos de extensão não são válidos e estamos em uma posição de trabalhador formado em Serviço Social, concursado e com títulos de mestrado e doutorado no currículo, estamos em um ambiente seguro e sem questionamentos. Quando defendemos a mesma posição diante de uma massa de alunos trabalhadores, uma chuva de questionamentos é feita, junto com uma raiva justificada: Esses questionadores que possuem cargas de trabalho pesadas, muitos fazendo até mesmo dupla jornada e possuindo dificuldade de assistir às aulas, pois após a longa jornada de trabalho, precisam pegar o trem, metrô ou ônibus e se deslocar até a universidade, estão lutando para ter sua formação.

Mas, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato –, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. (ANTUNES, 2018. P. 31)

Não se pode limitar a vida desses trabalhadores às condições materiais que a burguesia os proporcionou. É preciso abrir oportunidades para os alunos que acordam às 4h da manhã e só chegam em casa às 23h após a aula.

Não se trata, aqui, de defender uma precarização do ensino por conta de uma carga horária pesada do dia a dia do aluno trabalhador. A validade da extensão como estágio já foi explicada anteriormente. Defendemos sim que o aluno deve assistir todas as aulas e deve realizar o estágio como todos os demais.

No entanto, que compreensão da realidade material o Serviço Social oferece se não permite que esses alunos trabalhadores tenham a chance de realizar a sua formação? Qual o perfil da categoria que queremos ter? Temos de um lado a classe média alta, que entrou na universidade com dezoito, dezenove ou vinte anos, teve oportunidade de pagar cursos pré vestibulares, realizar toda a sua graduação sem precisar trabalhar e, do outro, o aluno precarizado, morador de comunidade, que trabalha desde a adolescência, ou mesmo, desde criança, e tenta a oportunidade de finalmente possuir uma formação.

Muitas vezes sendo o primeiro de sua família a realizar essa conquista. Entendemos que, quando colocamos limitações na formação do segundo caso, com a obrigatoriedade de um estágio que, na grande maioria das vezes, é em horário comercial, a mensagem que estamos passando para nossos alunos é que nosso curso é um curso para as classes médias, não para os trabalhadores. Que nosso curso em nada se diferencia de todos os outros e que o Serviço Social não defende uma universidade popular.

Podemos usar Marx, Engels, José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, podemos entender de ponta a ponta a categoria “trabalho”, as expressões da “questão social”, mas se o Serviço Social não mostra na prática o seu apoio aos seus alunos trabalhadores, estamos diante, sem eufemismos, de uma hipocrisia elitista dentro da categoria.

Em segundo lugar, o Serviço Social compreende que a construção do conhecimento não é feita dentro de uma sala com ar condicionado. Pode ser reproduzido ali, mas não construído. A construção de saberes é feita no cotidiano, na prática. É através do trabalho que construímos nossas relações sociais.

Portanto, entender a vida dos trabalhadores é ter, também, trabalhadores com variadas experiências em seu corpo profissional. Assistentes sociais que já trabalharam como pedreiros, telemarketing, empregadas domésticas, faxineiros, dentre uma série de outras categorias precarizadas, estão sendo uma adição enorme na construção dos saberes do Serviço Social. Não se trata aqui de desmerecer alunos que nunca tiveram outra experiência profissional, mas é justamente defender a diversidade dentro do Serviço Social que garante que tenhamos a melhor compreensão da totalidade possível. Portanto, sem defender nenhum tipo de precarização, o Serviço Social precisa adotar estratégias que facilitem a realização do estágio dos alunos trabalhadores.

Em terceiro lugar, há um crescimento enorme do Ensino à Distância e das universidades privadas formando cada vez mais assistentes sociais, muitas vezes de forma conservadora. Tais formações são, sim, precarizadas, simplificadas. Enquanto as universidades públicas não adotam estratégias para acolher os alunos trabalhadores (isso considerando aqueles que conseguiram passar pelo vestibular), são as universidades privadas, precarizadas, que cada vez mais ganham espaço dentro da categoria. Junto a elas, o conservadorismo dentro da profissão. Nesse sentido, com uma massificação do conservadorismo no Serviço Social, entendemos que o menor dos nossos problemas são estratégias que alteram os horários padrões de estágio.

Portanto, defender o estágio em extensão é defender o projeto ético político. É defender a construção de uma formação baseada na totalidade da realidade material, dos

sujeitos que constroem o Brasil e mesmo a América Latina. É afirmar uma posição contra o conservadorismo, de um lado, e contra o elitismo acadêmico de outro.

5. Considerações Finais

Neste relato buscamos trazer a perspectiva dos sujeitos envolvidos em um processo de ensino a aprendizagem no que tange ao estágio supervisionado em Serviço Social.

No que tange ao estágio supervisionado, tendo em vista as reflexões apresentadas, defendemos a necessidade de monitores nesta etapa do processo de formação. Esta presença é bastante significativa, posto que durante a disciplina e em sua conclusão, as/os discentes devem ser capazes de analisar a respeito do trabalho profissional e suas possibilidades diante do contexto institucional; desenvolver habilidades no uso do instrumental técnico-operativo e o domínio na sistematização da prática do Serviço Social; elaborar projeto de intervenção e formular estratégias de ação para a intervenção profissional, bem como reafirmar a dimensão ética no exercício profissional da/do assistente social.

Igualmente, a extensão como espaço de estágio pode ser considerada dentro de uma perspectiva de levar em consideração a interseccionalidade e buscar construir um conjunto de discentes que serão possíveis profissionais assistentes sociais tendo a realidade social e econômica como ponto de partida para a construção de um projeto de intervenção profissional que possa viabilizar direitos.

6. Referências Bibliográficas:

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1996/1999/2002.

_____. **Política Nacional de Estágio**. 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999

BARROCO, M. L. S. e TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS, São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ética: Fundamentos sócio-históricos. Biblioteca Básica de Serviço Social**. Volume 04. São Paulo: Cortez, Ed. 2008.

_____. *Fundamentos éticos do Serviço Social*. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2010.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília, DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. – 10ª ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

MARX, Karl. **O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, (1867) 2013. Capítulo XXIV (seções 1,2 e 3).